

CONSTATAÇÃO DA 1ª COMISSÃO

FDS sem capacidade logística e material para combater os terroristas



As Forças de Defesa e Segurança (FDS) necessitam de um reforço da sua capacidade logístico e militar para enfrentarem o avanço dos terroristas na Província de Cabo Delgado. Esta é uma das recomendações da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (1ª Comissão) mandatada pela Comissão Permanente da Assembleia da República para averiguar a situação dos direitos humanos nas zonas de conflitos - no centro e norte de Moçambique. No relatório divulgado esta semana, a 1ª Comissão faz notar que a capacidade logístico e militar das FDS está aquém das reais necessidades e defende, por isso, o reforço com recursos e meios modernos e sofisticados.

O relatório da 1ª Comissão não faz nenhuma referência à presença do Dyck Advisory Group (DAG), a empresa de mercenários contradada pelo Governo para apoiar as acções das FDS no combate aos terroristas. Recentemente, o Governo moçambicano assumiu que há empresas militares privadas que estão a operar em Cabo Delgado. O Governo usou o eufemismo "consultores de segurança" para referir-se aos mercenários do DAG e justificou a sua intervenção afirmando que o combate ao terrorismo exige um nível de avaliação e de peritagem que as FDS não possuem.

Apesar de afirmar que não encontrou evidências de violação dos direitos humanos por parte das FDS, a 1ª Comissão recomen-

da o reforço dos processos de formação dos efectivos da Polícia e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), com enfoque em matérias relativas aos direitos humanos, respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos, bem como protecção de civis e de pessoas vulneráveis em situação de conflito armado. Outra recomendação tem que ver com a necessidade de formação e capacitação dos diversos actores da administração da justiça em mecanismos de investigação dos casos reportados de violação dos direitos humanos em situação de conflitos armados e a sua subsequente responsabilização.

Nas zonas de reassentamento dos deslocados, as FDS são chamadas a reforçar a

sua presença para que as pessoas se sintam mais seguras e protegidas. Há ainda a necessidade de reforçar a vigilância de modo a garantir que as famílias deslocadas não sejam vítimas dos terroristas - que podem se infiltrar nos centros de acolhimento e perpetuarem o sentimento de medo e terror no seio da população.

No encontro mantido com o Comando Conjunto das FDS em Cabo Delgado, a 1ª Comissão foi informada de que a situação de segurança de pessoas e bens nos distritos alvos de ataques terroristas é grave. Além de relatar o histórico de ataques e assaltos às sedes dos distritos de Quissanga, Macomia e Muidumbe, o Comando Conjunto das FDS fez saber que a vila municipal da Mocímboa da Praia continua nas mãos dos terroristas, desde o assalto registado em Agosto último, o terceiro em cinco meses.

Há menos de um ano, Mocímboa da Praia era a vila mais movimentada do norte de

Cabo Delgado. Atravessada pela estrada (EN 380) que liga a baía de Pemba à “capital” do gás em Palma, e servida por um aeródromo com capacidade para receber voos internacionais e por um porto, Mocímboa da Praia era a plataforma giratória (hub) que dinamizava os distritos do norte de Cabo Delgado. Era ali onde os trabalhadores das petrolíferas que operam na Bacia do Rovuma faziam a escala ou trocavam o avião pelo helicóptero ou mesmo pelo carro e seguiam para o “el dorado” de Palma. Era ali onde os distritos vizinhos se abasteciam com todo o tipo de produtos e bens. Com o relançamento da cabotagem, Mocímboa da Praia seria a paragem obrigatória dos navios que ligam Pemba e Palma (península de Afungi).

Mas no dia 12 de Agosto, a vila caiu nas mãos dos terroristas e deixou de servir os interesses nacionais. Além de invadir e destruir edifícios públicos e privados, os terro-

ristas controlam o porto e o aeródromo locais, passam três meses. Ainda em Mocímboa da Praia, os terroristas vandalizaram a subestação de Auasse (a 40 quilómetros da vila municipal), deixando sem energia eléctrica da rede nacional todos os distritos do norte de Cabo Delgado.

A falta de segurança na EN 380 está a criar constrangimentos na circulação de pessoas e bens e a afectar as operações petrolíferas em curso no Distrito de Palma. Antes dos ataques de Agosto, a circulação era feita através da rota Pemba – Montepuez – Mueda – Auasse – Mocímboa da Praia e Palma. Mas depois os carros passaram a usar a via alternativa de terra batida que parte de Mueda, passa pelo distrito de Nangade e entra em Palma através do Posto Administrativo de Pundanmar. Os terroristas lançaram ataques contra colunas de viaturas, tornando insegura a única via alternativa para chegar à Palma.

Situação humanitária requer uma intervenção urgente

O relatório da 1ª Comissão não deixa margens para dúvidas: a situação humanitária nas zonas de conflitos requer uma intervenção coordenada, multisectorial e urgente por parte das autoridades competentes para aliviar o sofrimento de mais de 400 mil deslocados. Além da falta de capacidade para acolher a todos os deslocados, os centros de acomodação não possuem condições materiais e de higiene sanitária para responder à demanda das vítimas dos conflitos armados. Aliás, fala-se mesmo do risco de colapso do sistema de saneamento nos centros de acomodação e a eclosão de doenças diarreicas sobretudo nesta época chuvosa.

Por isso, defende a 1ª Comissão, é urgente a criação de condições para o reassentamento definitivo dos deslocados para que possam retomar as suas vidas. “É urgente definir um plano de reintegração e educação das crianças, adolescentes e demais pessoas em idade escolar nos centros de acolhimento. Para os deslocados que não se encontram nos centros de acolhimento é importante criar brigadas móveis de ensino e aprendizagem que possam prosseguir com o ensino e formação das crianças”, lê-se no documento.

E porque muitas pessoas assistiram a assassinatos bárbaros dos seus familiares, o relatório da 1ª Comissão defende a necessidade de assistência psicossocial para evitar situações de trauma. O drama humanitário aumenta também o risco de aumento de prostituição e conseqüentemente de doenças sexualmente transmissíveis; risco



de aumento de exploração do trabalho infantil; risco de aumento de casos de desnutrição crónica.

O relatório faz notar que as agências humanitárias condicionam a ajuda aos deslocados à criação de condições pelas autoridades moçambicanas em cumprimento de padrões internacionais. Mas o documento não especifica que tipo de condições devem ser criadas para que as agências humanitárias prestem assistência aos deslocados.



As suspeitas das FDS

O Comando Conjunto das FDS em Cabo Delgado informou à 1ª Comissão que algumas agências humanitárias solicitam, com frequência, informações vitais e de grande impacto no teatro das operações. O Comando diz que desconhece o interesse por detrás desses pedidos, por isso evita facultar as informações por serem confidenciais e sensíveis à exposição pública. O relatório da 1ª Comissão não indica, contudo, que tipo de informações terão sido solicitadas pelas agências humanitárias, o que torna difícil ajuizar as suspeitas das FDS.

Em Sofala, o Comando Conjunto das FDS suspeita que alguns deputados da Renamo e outros membros seniores do partido estejam a apoiar as acções da autoproclamada Junta Militar, liderada por Mariano Nhongo. Em Janeiro deste ano, a Procuradoria-Geral da República ouviu três deputados da Renamo (José Manteigas, António Muchanga e Ivone Soares) e o antigo secretário-geral do partido (Manuel Bissopo) por suspeitas de terem ligações com a Junta Militar, o braço armado dissidente que protagoniza ataques contra civis em Manica e Sofala.

Lembrar que os deputados da Renamo não integraram a missão de averiguação de averiguação da situação dos direitos humanos nas zonas de conflitos por entender que a Comissão Permanente da Assembleia da República não tem competência para conferir aquele mandato à 1ª Comissão. A Renamo defende que, para melhor averiguação da situação dos direitos humanos nas zonas de conflitos, deveria ser criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito que pudesse ter poderes amplos em relação à comissão de especialidade.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



International
 Institute of
 Social Studies
Erasmus



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

Schweizerische Eidgenossenschaft
 Confédération suisse
 Confederazione Svizzera
 Confederaziun svizra
 Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands

OSISA
 Open Society Initiative
 for Southern Africa

NED
 National Endowment
 for Democracy
 Supporting freedom around the world

nuffic
 meet the world

INCLUDE
 KNOWLEDGE PLATFORM ON INCLUSIVE DEVELOPMENT POLICIES

RESILIENCE
 FUND
 Supporting community
 responses to organized crime